

Discurso do Governador do Banco de Cabo Verde, Carlos Burgo, no Seminário Emissão de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas em tempos de crise, 3 de Junho de 2013



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Ilustres Conferencistas e Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em nome do Banco de Cabo Verde e da Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, aprez-me registar e agradecer a vossa presença nesta Conferência Internacional e dar as boas vindas aos ilustres conferencistas e aos convidados que responderam favoravelmente ao nosso convite.


A vossa presença aqui hoje para discutir o tema proposto é prova, positiva creio eu, de que o mercado de valores mobiliários continua a suscitar um bom nível de interesse junto dos seus múltiplos *stakeholders*, espero que *apesar da crise e não por causa da crise*. Com este evento esperam o Banco de Cabo Verde e a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários corresponder às vossas expectativas de disponibilização de uma plataforma de reflexão e diálogo com vista à consolidação de um mercado que todos almejámos, merecemos e temos obrigação de juntos construir, consolidar e desenvolver.

Estamos em crer que um evento para debater a problemática da emissão de valores mobiliários não podia acontecer em melhor momento. Há pouco menos de um ano, no dia 5 de Julho de 2012, o jornal britânico *The Guardian* noticiava com entusiasmo o regresso da Irlanda aos mercados: através de um leilão de 500 milhões de euros, o Estado irlandês conseguiu nesse dia colocar Bilhetes do Tesouro a três meses. Numa situação normal, antes da crise financeira, uma operação do tipo passaria despercebida. Porém, nesta ocasião, foi considerado algo de extraordinário.



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos



O Ministro irlandês das Finanças classificou a colocação como "... um marco importante no caminho da recuperação para a Irlanda". Já o Presidente do Banco Central Europeu falou em " ... sucesso que merece ser celebrado."

Um pouco por todo o lado, "o regresso aos mercados" passou a ser tema importante de conversa. Emissão, bem sucedida, em tempo de crise, na formulação do tema da nossa conferência de hoje. E o entusiasmo dos irlandeses foi partilhado um pouco por toda a Europa, e também pelo resto do mundo. Afinal, para um país marginalizado pelos mercados internacionais durante quase dois anos, qualquer emissão de dívida pública bem sucedida, ainda que de pequeno montante e a curto prazo, merece ser festejada. Num comentário à notícia atrás referida, um *bloguista* comparava a euforia irlandesa ao caso de um atleta profissional que sofreu uma grave lesão e, após dois anos de múltiplas intervenções cirúrgicas e intensa fisioterapia, ensaia os primeiros passos apoiado em canadianas e sonha um dia regressar à alta competição.

Voltando aos mercados, regressar à alta competição significa realizar emissões obrigacionistas com sucesso, indicação clara de que os mercados confiam nos fundamentais do emitente em causa, pelo que está disponível para lhe facultar recursos, a um custo acessível, para que possa caminhar sozinho, sem a ajuda da comunidade internacional.

Numa realidade que nos é mais próxima, Portugal, este regresso aconteceu há menos de um mês, quando o Tesouro português, finalmente, conseguiu colocar uma emissão obrigacionista de 3,92 mil milhões de euros, a sua primeira emissão a 10-anos desde que



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

solicitou e obteve um resgate internacional. Com esta emissão, Portugal chegou ao fim de um período de dois anos de costas viradas para os mercados internacionais, pois estes exigiam taxas proibitivas para compensar os riscos inerentes à sua dívida soberana.

Cabo Verde vive uma história de certo modo parecida com as de Portugal e da Irlanda mas, felizmente, muito menos dramática. Apesar da crise, nos últimos quatro anos, o país tem conseguido realizar com sucesso emissões, na sua maioria obrigacionistas e de longo prazo, com o volume de recursos mobilizado a crescer em média quase 8% ao ano, o que indica, de certo modo, que os investidores institucionais domésticos avaliam positivamente as opções nacionais em matéria de gestão das finanças públicas. Numa outra nota muito positiva, no passado dia 28 de Maio, investidores particulares nacionais puderam aceder directamente, pela primeira vez, ao mercado primário para adquirir títulos de dívida pública. Até o final do corrente ano, espera o Tesouro mobilizar mais 3.5 milhões de contos através de ofertas públicas dirigidas tanto a investidores institucionais como particulares. Esperamos e contamos que esse plano se materialize, permitindo assim que o Estado resolva as suas necessidades de financiamento para poder cumprir com as suas responsabilidades para com a economia.

Importa ainda referir que, ao contrário dos países referidos, Cabo Verde vai conseguindo mobilizar recursos para suprir as suas necessidades de financiamento sem ter de se sujeitar a programas de ajustamento impostos pela comunidade internacional.

Porém, apesar deste relativo sucesso recente e prospectivo, não nos podemos dar por satisfeitos. Existem desafios múltiplos a enfrentar e



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

a vencer. Não basta que o Estado consiga se financiar para que se possa considerar que o sistema financeiro esteja a cumprir adequadamente a sua função. É preciso que o sector privado o possa também fazer, permitindo assim aos operadores privados disporem de recursos para financiar os seus projectos de investimento e assim contribuírem para o crescimento económico e para o emprego.

E nesse âmbito, à semelhança do que vem acontecendo no sector bancário, em 2011 e 2012 enfrentamos importantes desafios no mercado de valores mobiliários. No período entre 2005 e 2010 o mercado nacional registou uma média de quase quatro ofertas públicas por ano, com um encaixe médio por emissão da ordem de 870 mil contos. Importa ainda referir que cerca de dois terços dessas emissões foram feitas por empresas privadas. Contrastando com esta dinâmica, em 2011 não houve uma única oferta pública e em 2012 houve apenas duas, sendo uma operação de reestruturação efectuada por uma empresa pública com garantia do Tesouro e outra uma emissão efectuada por uma empresa pública com carta de conforto do Estado.

Esta evolução menos favorável registada nos últimos dois anos diz-nos inequivocamente que temos importantes obstáculos a transpor para que o mercado de valores mobiliários nacional possa consolidar e reforçar o seu papel no financiamento da economia e enquanto mobilizador e colocador da poupança.

Minhas senhoras e meu senhores,

O mercado de valores mobiliários cabo-verdiano precisa de se reencontrar e de se desenvolver em tempo de crise. O que nos traz



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

de volta ao tema desta conferência. Como garantir a emissão bem sucedida e eficiente de valores mobiliários, designadamente pela via de ofertas públicas, em tempo de crise?

Deixarei que a procura da resposta a essa questão tenha lugar no âmbito dos trabalhos que hoje e amanhã aqui terão lugar. Por ora, permitam-me apenas partilhar convosco algumas iniciativas relevantes recentemente levadas a cabo pelo Banco de Cabo Verde ou em curso:

- Melhoria da regulação, através da revisão e modernização das normas aplicáveis à actividade seguradora, ao mercado de valores mobiliários e à actividade bancária e não bancária;
- Reforço da supervisão pela via da melhoria dos regulamentos, da capacitação, e do reforço em recursos humanos e técnicos;
- Melhoria do acompanhamento dos principais sectores de actividade económica, e da acção em matéria de política monetária, disseminando conhecimentos e promovendo comportamentos mais consentâneos com as oportunidades de crescimento disponíveis;
- Acompanhamento e apoio ao processo de desenvolvimento dos sistemas de pagamento.



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Procuramos também, no âmbito da nossa missão e apesar das limitações sobejamente conhecidas, contribuir para uma melhor gestão das finanças públicas considerando o importante papel que o Estado pode desempenhar, nomeadamente garantindo condições adequadas ao fomento da iniciativa privada, contribuindo assim para o *crowding in* do investimento privado.

Por último, mas não menos importante, o Banco de Cabo Verde contribui também para a produção de ideias e para a sua difusão e implementação, em linha com a nossa missão de garantir um sistema financeiro sólido, credível e eficiente. E cada vez mais assente no mercado, pois só assim o bom desempenho do sistema financeiro terá a sustentabilidade desejada e necessária.

Num país pequeno, insular e arquipelágico como Cabo Verde, a garantia de um clima adequado de investimento coloca exigências acrescidas ao Estado, designadamente no que respeita à disponibilidade de infra-estruturas económicas que permitam garantir serviços com qualidade e a preço competitivos. Para tal o Estado tem necessariamente de investir recursos consideráveis. E para investir tem de, pelo menos em parte, recorrer ao endividamento junto do sistema financeiro interno.

Porém, de modo a garantir a necessária sustentabilidade, precisamos cada vez mais de envolver o sector privado no financiamento e na gestão dessas infra-estruturas e no processo de investimento em geral.

Esperamos que esta conferência nos ajude a encontrar formas de contribuir para essa participação do sector privado. Apesar de



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

estarmos em momento de crise. Melhor ainda, sobretudo porque, por estarmos em tempo de crise, a margem de erro é ainda menor.

Lançado o desafio, resta-me assegurar-vos que o Banco de Cabo Verde irá valorizar as contribuições e os resultados que daqui saírem, e também continuará, no âmbito da sua missão, a propiciar oportunidades para este tipo de encontros.

Mais uma vez, bem-vindos e votos de uma boa conferência.

Cidade da Praia, 03 de Junho de 2013



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos